

e dactilografar documentos e suportes inerentes à respectiva actividade;
 Proceder ao registo, consulta e tratamento informático de dados.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA SAÚDE

Portaria n.º 818/99

de 25 de Setembro

A melhoria do acesso dos utentes do Serviço Nacional de Saúde determinou a criação de um programa específico de recuperação de listas de espera designado «Programa para a Promoção do Acesso».

O Decreto-Lei n.º 285/99, de 26 de Julho, fixou as condições de atribuição de suplementos remuneratórios a funcionários e agentes cuja intervenção esteja directamente envolvida no âmbito de programas em que se insere o Programa para a Promoção do Acesso, dispondo no artigo 4.º que o suplemento que cabe a cada um dos profissionais é fixado por portaria conjunta do Ministro da Saúde e do membro do Governo responsável pela Administração Pública.

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 285/99, de 26 de Julho:

Manda o Governo, pelos Ministros Adjunto e da Saúde, que o suplemento remuneratório que cabe a cada profissional, a atribuir, pela verba global destinada à equipa, fixada no anexo à Portaria n.º 787/99, de 2 de Setembro, seja estabelecido pelo órgão dirigente máximo do estabelecimento de saúde, mediante negociação com os referidos profissionais, tendo em conta a respectiva carreira e função.

Pelo Ministro Adjunto, *Fausto de Sousa Correia*, Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa, em 5 de Agosto de 1999. — A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina*, em 2 de Setembro de 1999.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PISCAS

Portaria n.º 819/99

de 25 de Setembro

Pela Portaria n.º 272/93, de 11 de Março, foi concessionada à Associação de Caça e Pesca de Carção a zona de caça associativa de Carção (processo n.º 1276-DGF), situada na freguesia de Carção, município de Vimioso, com uma área de 1992,50 ha, válida até 11 de Março de 2005.

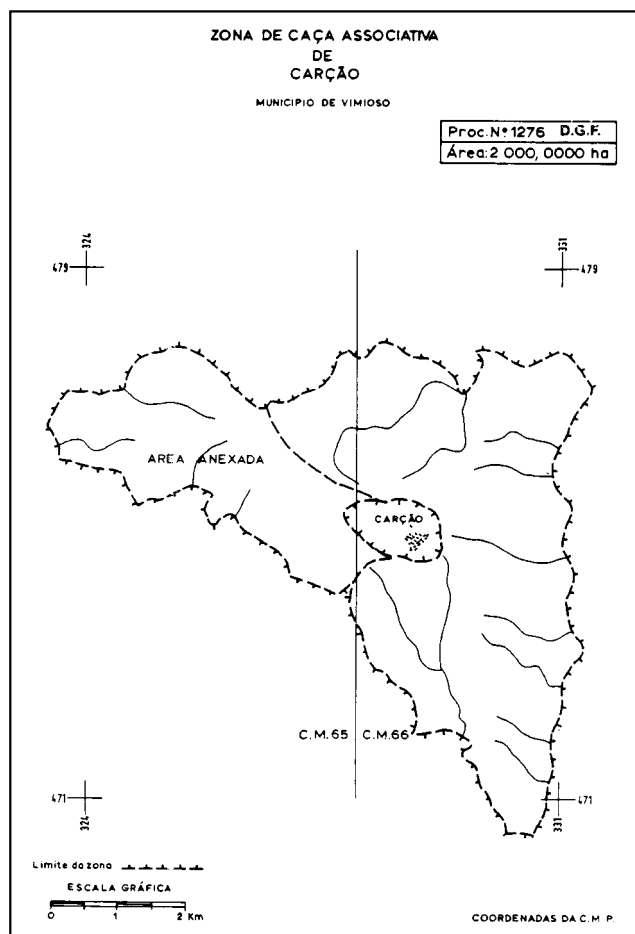
A concessionária requereu agora a anexação à referida zona de caça de alguns prédios rústicos, com uma área de 557,50 ha, e a desanexação de outros, com uma área de 550 ha.

Assim:

Com fundamento no disposto nos artigos 20.º da Lei n.º 30/86, de 27 de Agosto, e 79.º e 81.º do Decreto-Lei n.º 136/96, de 14 de Agosto, e ouvidos o Conselho Nacional da Caça e da Conservação da Fauna e o Conselho Cinegético Municipal:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que sejam anexados à zona de caça associativa criada pela Portaria n.º 272/93, de 11 de Março, vários prédios rústicos com uma área de 557,50 ha e desanexados outros com uma área de 550 ha sitos na freguesia de Carção, município de Vimioso, ficando a mesma com uma área total de 2000 ha, conforme planta anexa à presente portaria e que dela faz parte integrante.

Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Victor Manuel Coelho Barros*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, em 3 de Setembro de 1999.



Portaria n.º 820/99

de 25 de Setembro

Pela Portaria n.º 874/95, de 14 de Julho, foi concessionada à Associação Recreativa de Caça A Raiz a zona de caça associativa das Soalheiras (processo